

CALAMIDADE NO RS

Fecomércio projeta quais alimentos podem sofrer alta nos preços

São Paulo - As fortes chuvas que atingem o Rio Grande do Sul desde o final de abril devem levar a uma alta dos preços dos alimentos, prevê a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP). Segundo a entidade, há o risco tanto de perda de produtos como também impactos no transporte de mercadorias.

Entre os produtos que devem ter os preços afetados estão, de acordo com a Fecomercio, os derivados de leite e o arroz. “O Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz do país, e embora pouco mais de 80% da safra tenha sido colhida, ainda não dá para saber se os

estoques foram atingidos ou quanto da parcela restante foi perdida”, diz a nota da federação.

Os alagamentos e os danos à infraestrutura do estado podem, segundo a entidade, afetar a logística do transporte de arroz e de frutas tradicionais da região, como uva, pêssego e maçã.

“A criação de gado para produção de leite, que deve ser impactada com a perda de vacas e pasto, além da ingestão, por esses animais, de água sem qualidade, em razão das condições atuais do local”, acrescenta a análise divulgada pela federação.

Apesar de enfatizar os problemas que devem afetar o abastecimento de alimentos, a Fecomercio estima da-

nos sistêmicos causados pelas chuvas. “A tragédia de Brumadinho, menor e mais localizada, provocou uma queda de 0,2% no Produto Interno do Brasileiro (PIB, soma de bens e de serviços produzidos no país) em 2019, mais de R\$ 20 bilhões em valores atuais. No Rio Grande do Sul, é muito provável, infelizmente, que os danos causados tenham impacto ainda maior para o PIB nacional”, comprou. (AE)

Veja mais notícias sobre as enchentes em abcmais.com.br/tempestade

Lula anuncia recursos para prevenir desastres por meio do Novo PAC

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou nesta quarta-feira (8) novas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no valor de R\$ 18,3 bilhões – incluindo R\$ 1,7 bilhão para a prevenção de desastres. O anúncio acontece em meio a enchentes registradas desde o fim de abril no Rio Grande do Sul.

Ao todo, 91 municípios com problemas recorrentes de deslizamentos de terra foram selecionados para receber obras de contenção de encostas. As intervenções ocorrem em cidades classi-

ficadas pelo governo federal como críticas, onde há áreas de risco alto ou muito alto para a população local. No Rio Grande do Sul, todas as propostas de obras de contenção de encostas enviadas pelos municípios foram contempladas.

“O que aconteceu no Rio Grande do Sul é um aviso para todos nós, seres humanos. Nós precisamos ter em conta que a Terra está cobrindo”, avaliou Lula.

O Novo PAC Seleções

O Novo PAC Seleções foi lançado em setembro de 2023, quando foram anun-

ciados investimentos de R\$ 65,2 bilhões para seleções de obras e empreendimentos, com participação dos estados e municípios. O valor total destinado é de R\$ 136 bilhões e a segunda etapa do programa está prevista para 2025.

O recurso está contemplado no investimento total do Novo PAC que é de R\$ 1,7 trilhão. No total, o programa compreende cinco eixos e 27 modalidades, executadas pelos Ministérios das Cidades, Saúde, Educação, Cultura, Justiça e Esporte, sob coordenação da Casa Civil. (ABr)

Sindipeças diz que não faltarão componentes, mas montadoras de veículos citam que há risco

São Paulo/Gravataí - O Sindipeças, entidade que representa a indústria de autopeças, informou nesta quarta-feira (8) que o maior impacto das enchentes no Rio Grande do Sul nas fábricas do setor aconteceu na região de Porto Alegre, onde muitas linhas estão paradas.

Embora a General Motors (GM) tenha decidido,

como medida de segurança, suspender a produção do Onix até o fim desta semana, a maioria dos fornecedores segue operando em Gravataí, conforme levantamento do Sindipeças.

O presidente da Anfa-vea, associação que representa as montadoras, Márcio de Lima Leite, relatou que existe preocupação das

montadoras sobre a possibilidade de faltar peças, o que levaria a paradas de produção, assim como a respeito do impacto no mercado decorrente das perdas na safra agrícola e das dificuldades nas exportações automotivas e importações de peças que dependem da infraestrutura de portos e rodovias do RS. (AE)

Judiciário destina R\$ 60 milhões em auxílio

Brasília - O Judiciário destinou R\$ 60 milhões em auxílio para o Rio Grande do Sul, que enfrenta uma das maiores tragédias climáticas de sua história. O dinheiro tem origem em penas pecuniárias (em dinheiro) aplicadas e depositadas em juízo.

Tais valores são destinados, em geral, às vítimas de processos ou seus familiares, mas podem também serem direcionados a entidades de assistência social.

Recomendação do ministro Luís Roberto Barroso, presidente do CNJ e do Supremo Tri-

bunal Federal (STF), e do corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, autorizou o repasse desses recursos diretamente dos tribunais para a Defesa Civil do Rio Grande do Sul e entidades assistenciais.

Com a autorização, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul liberou a quantia de R\$ 2,5 milhões. Depois, o TJ de Minas Gerais transferiu R\$ 10 milhões e o TJ de Goiás, R\$ 11 milhões. A Justiça Federal do Rio de Janeiro também liberou R\$ 4 milhões, informou o CNJ. (ABr)

Senado aprova decreto da calamidade

Brasília - O Senado aprovou na terça-feira (7) o projeto de decreto de legislativo 236/2024, enviado pelo governo federal, que reconhece o estado de calamidade no Rio Grande do Sul até 31 de dezembro de 2024. A medida já tinha sido aprovada pela Câmara dos Deputados e será encaminhada para promulgação. O decreto permite que os limites e prazos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal possam ser suspensos, facilitando e acelerando o repasse de recursos federais para o Estado afetado por enchentes. (ABr)

Ações no RS terão orçamento especial

Brasília - Em nota divulgada nesta quarta-feira (8), o Ministério do Planejamento explica que as ações orçamentárias que constarão dos créditos extraordinários serão diferenciadas do orçamento normal, a partir do localizador de gasto que será, exclusivamente, no Rio Grande do Sul, e acompanhado de um código e um nome padronizado. A ministra Simone Tebet disse que as demandas chegarão para o ministério setorial, que fará uma primeira análise, de acordo com as regras e, em seguida, incluirá no sistema. (AE)

Senacom pede flexibilização de regras no transporte aéreo

Brasília - A Secretaria Nacional do Consumidor pediu à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que flexibilize as normas para o transporte aéreo de passageiros, considerando a excepcionalidade dos aeroportos do Rio Grande do Sul. Entre as demandas estão a possibilidade de remarcação de passagens sem custo dentro do prazo de um ano e reembolso total sem pagamento de taxas.

A solicitação foi feita em ofício encaminhado nesta quarta-feira (8) pelo diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, Vitor Hugo do Amaral Ferreira, e pelo secretário Nacional do Consumidor, Wadih Damous, ao diretor da Anac, Tiago Pereira, com pedido de encaminhamento urgente da proposta. O aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, está fechado. (ABr)

informação e música do jeito que você gosta

Indicadores econômicos

INPC (IBGE mensal)	
Acumulado em março/24	0,19%
Acumulado em 2024	1,58%
Acumulado em 12 meses	3,40%
IGP-M (FGV mensal)	
Acumulado em abril/24	0,31%
Acumulado em 2024	-0,60%
Acumulado em 12 meses	-3,04%
IPCA (IBGE mensal)	
Acumulado em março/24	0,16%
Acumulado em 2024	1,42%
Acumulado em 12 meses	3,93%

Câmbio (R\$)

Moeda	Compra	Venda
Dólar comercial	R\$ 5,0908	R\$ 5,0913
Dólar turismo	R\$ 5,1900	R\$ 5,3010
Euro turismo	R\$ 5,6000	R\$ 5,7010

Valores referência (R\$)

	Maio	Janeiro
Mínimo nacional	1.320,00	1.412,00
Mínimo regional - 1	1.443,94	1.443,94
Mínimo regional - 2	1.477,18	1.477,18
Mínimo regional - 3	1.510,69	1.510,69
Mínimo regional - 4	1.570,36	1.570,36
Mínimo regional - 5	1.829,87	1.829,87
UPF-RS (fiscal/anual)	R\$ 25,9097	
Taxa Selic anual	10,50%	
TJLP (1º trimestre 2024)	6,53% a.a.	
CDI (março)	11,15% a.a.	

Imposto de Renda

IR na Fonte		
Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R\$)
Até 2.259,20	isento	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,50	158,40
De 2.826,66 até 3.751,05	15,00	370,40
De 3.751,06 até 4.664,68	22,50	651,73
Acima de 4.664,68	27,50	884,96

Deduções: O valor para dedução com dependentes é de R\$ 2.275,08 (R\$ 189,59 por dependente por mês). R\$ 1.903,98 por aposentadoria após 65 anos. Também há dedução para pensão alimentícia.

Poupança (%)

Data	Velha	Nova
09/05	0,5844	0,5844
10/05	0,5840	0,5840
11/05	0,5812	0,5812
12/05	0,5572	0,5572
13/05	0,5212	0,5212